

SEMANA SOCIAL DE ANGOLA (VI Edição)

(Organização: “MOSAICO - Instituto para a Cidadania”,
com o apoio da CEAST - Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe)

“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”¹

Rogério Roque Amaro²

1. INTRODUÇÃO

Esta reflexão, que é partilhada no quadro da VI Edição da Semana Social de Angola, organizada pelo MOSAICO - Instituto para a Cidadania, com o apoio da CEAST - Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe, aos quais agradeço o privilégio de ter participado das apresentações, reflexões e debates que dela fizeram parte, tem como principal objectivo apresentar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, de uma forma crítica e que se procura inovadora, e os seus desafios e principais implicações práticas.

Para esse efeito, este texto comporta mais seis pontos (para além desta Introdução).

No segundo, identificam-se e caracterizam-se, de forma sintética, os grandes problemas e desafios actuais, das sociedades em que vivemos.

No terceiro, apresenta-se e discute-se, de forma crítica, o conceito de Desenvolvimento que dominou nas três primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial.

No quarto, analisam-se os conceitos de Desenvolvimento Alternativo e os conceitos Alternativos ao Desenvolvimento, que procuram, de forma crítica, reagir e contrapor-se às tendências e às apropriações negativas do conceito de Desenvolvimento dos primeiros tempos.

No quinto, lembra-se o percurso do conceito de Desenvolvimento Sustentável, de uma forma crítica, e propõe-se a sua reformulação, considerando oito dimensões de análise e de práticas.

O sexto sugere algumas reflexões sobre os ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, à luz da redefinição do conceito que se propôs no ponto anterior.

O sétimo procura, finalmente, em jeito de conclusão, deixar algumas pistas e desafios, decorrentes dos pontos anteriores, para a continuação da Reflexão e para a Acção.

Por último, sublinhe-se que este texto e estas reflexões e estes testemunhos resultam do cruzamento em mim, enquanto seu autor, de três grandes influências:

- A docência e a investigação académica, nas áreas do Desenvolvimento, da Economia Social e Solidária e dos Estudos do Ambiente, sobretudo no ISCTE-IUL, nos últimos quase 45 anos,

¹ Este texto é escrito, por opção do autor, segundo as regras da ortografia anterior da Língua Portuguesa.

² Professor Associado do Departamento de Economia Política, do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
Contacto: rogerio.amaro@iscte-iul.pt.

mas também noutras universidades de Portugal (em Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto e Vila Real), Angola, Brasil, Cabo Verde, França e Galiza;

- A acção e a militância de Cidadania em múltiplos projectos de Desenvolvimento Comunitário e de Economia Social e Solidária em Portugal (em 138 concelhos), Angola, Brasil, Cabo Verde, Catalunha, França, Guiné-Bissau, Itália, Lituânia, Moçambique, Peru, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste;
- As aprendizagens, interrogações e desafios culturais que recebi até agora dos cinco continentes por onde já passei, mas sobretudo de África, América Latina e Europa.

2. OS GRANDES PROBLEMAS E DESAFIOS ACTUAIS

Pode-se dizer que o Grande Desafio que hoje enfrentamos, como Espécie ou Seres Vivos (supostamente) inteligentes é o da **Sustentabilidade da Vida, na Nossa Casa Comum**.

Mas esse Desafio não pode ser separado de um outro Grande Desafio, que é o da **Dignidade da Vida**, em particular da **Dignidade da Vida Humana**, ou seja, da **Justiça Social** e dos **Direitos Humanos**, ameaçados que estão por tantas situações clamorosas de pobreza e exclusão social e de indignidades e desigualdades persistentes em tantos países e regiões e que, ainda por cima, se agravaram tanto nas últimas quatro décadas, ou seja, desde os anos 1980³.

Estes dois principais desafios podem ser traduzidos ou expressos, analiticamente, em áreas tradicionais de abordagem e reflexão disciplinar, sem contudo esquecer que terão sempre de ser vistos e compreendidos numa perspectiva multidimensional, que as contemple a todas, de forma integrada.

De facto, é possível discernir pelo menos oito tipos de grandes problemas ou ameaças à Sustentabilidade e à Dignidade da Vida:

- a) O **fundamentalismo economicista**, traduzido na ideologia neo-liberal, nas políticas de austeridade, na extrema financeirização da economia, no poder de imposição de condições e de políticas do Fundo Monetário Internacional, no fundamentalismo orçamental imposto aos países, na captura da política e da democracia pelo poder económico-financeiro, que se têm imposto nas últimas décadas (desde os anos 1980), com custos sociais, políticos, culturais, territoriais e ambientais elevadíssimos;
- b) A **injustiça social** e as profundas e crescentes desigualdades sociais e situações extremas e intoleráveis de pobreza, miséria e exclusão social (e psicossocial), nas suas várias dimensões;
- c) As **destruições ambientais** e os múltiplos atentados à Vida e à sua diversidade e continuidade no Planeta, nas suas várias vertentes (poluições do ar, dos rios e dos mares,

³ Ver, por exemplo: OXFAM (2019). *Bem público ou riqueza privada?*. Oxford: Oxfam GB, 104 p. (para a versão em língua portuguesa, ver www.oxfam.org.br); ALVAREDO, F. et al. (2017). *Global Inequality Dynamics: New Findings from WID.World*. National Bureau of Economic Research (Cambridge), Working Paper 23119, 20 p. (acessível em: <http://www.nber.org/papers/w23119>); e ALVAREDO, F. et al. (2018). *Global Inequality and Policy - The Elephant Curve of Global Inequality and Growth*. *AEA Papers and Proceedings 2018*, vol. 108, pp. 103-108 (acessível em: <http://www.nber.org/papers/w23119>).

perda de biodiversidade, alterações climáticas, desflorestação, desertificação de ecossistemas, destino dos lixos, gestão da água, excesso de uso dos recursos naturais, etc., etc.);

- d) A **arrogância e as intolerâncias culturais**, traduzindo-se na incapacidade de aceitar o Outro, na sua Diversidade, nos vários fundamentalismos e extremismos de base religiosa ou cultural, que se têm assumido como autênticas (e, tantas vezes, literais) bombas-relógio de destruição das nossas sociedades;
- e) As **destruições territoriais**, quer na sua expressão de abandono, desvitalização e desqualificação dos meios rurais e subordinação aos mitos urbanos, quer no agravamento das desigualdades e da guetização das cidades, com expulsão e insularização dos mais velhos e dos mais pobres, a favor da sua financeirização, gentrificação e turistificação, quer ainda no futuro desaparecimento de territórios costeiros, ribeirinhos e insulares, por efeito das alterações climáticas;
- f) O **analfabetismo**, mas sobretudo a **iliteracia e a incapacidade crítica de transformar informação em conhecimento**, levando ao desconhecimento e ao conhecimento deturpado (que é outra forma de desconhecimento);
- g) A **impotência e/ou a degeneração política**, por descridibilização, falta de cumprimento das promessas e dos compromissos com o eleitorado, subordinação a outros poderes (económicos e financeiros), provocando o esvaziamento e a ridicularização da política e da democracia;
- h) A **ausência de valores de referência**, tendo como argumento a defesa da amoralização da vida em sociedade, ou a assunção implícita de valores e/ou de comportamentos de destruição, de ganância, de indignidade e de insustentabilidade, levando, na prática, à imoralização da vida.

São portanto oito dimensões de problemas e ameaças - económicas, sociais, ambientais, culturais, territoriais, cognitivas, políticas e éticas - que, no seu conjunto e de forma articulada umas com as outras, atingem e ferem profundamente a Dignidade e a Sustentabilidade da Vida.

É, por isso, fundamental que o Desenvolvimento, enquanto procura do Bem-estar, do Bem Viver e da Felicidade dos Seres Humanos e de todos os Seres Vivos e da Vida, em geral, as tenha todas em conta, de forma integrada.

3. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

De facto, é suposto que o conceito e as práticas de Desenvolvimento tenham em vista, nos seus objectivos e resultados, estes problemas e estes desafios, nas suas várias dimensões e no seu conjunto, de uma maneira integrada.

Contudo, afirmado científica e politicamente depois da Segunda Guerra Mundial, o conceito de Desenvolvimento tem sofrido, ao longo do tempo, vários desvirtuamentos e apropriações, nomeadamente⁴:

- Deixou-se contaminar por vários mitos e dominações: economicismo (sendo umbilicalmente associado e reduzido a Crescimento Económico), produtivismo, consumismo, industrialismo, tecnologismo, quantitativismo, antropocentrismo, racionalismo, irbanicismo e androcentrismo (ou patriarcalismo);
- Correspondeu amiúde a uma visão etnocêntrica de base europeia e ocidental, à luz das culturas e dos valores dos países e das civilizações do Norte (tanto capitalista quanto socialista), procurando impor os seus modelos e modos de produção e de vida aos outros povos, ao Sul global, em geral;
- Foi muitas vezes usado como arma de dominação imperialista e de influência e controle geo-estratégico, tanto a Oeste como a Leste, e como instrumento de luta da Guerra Fria, entre capitalismo e socialismo (burocrático);
- Tendeu a propor/impor “*one best ways*” (caminhos únicos⁵), tornando-se uniformista e, portanto, castrador da Diversidade e aniquilador da Vida, que, sem Diversidade a todos os níveis (económico, social, cultural, ecológico, biológico, territorial e político), fica mais pobre e caminha para a Morte.

As consequências foram muito graves e destrutivas para a Sustentabilidade e a Dignidade da Vida.

4. OS DESENVOLVIMENTOS ALTERNATIVOS E AS ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO

Estas apropriações e degenerações do conceito e das práticas de Desenvolvimento levaram, entre outros efeitos, ao surgimento de dois tipos de movimentos e reacções epistemológicas, teóricas, metodológicas e práticas:

- a) Um primeiro, que começou nos finais dos anos 1960 / inícios de 1970 e que tem as suas expressões mais fortes e impressivas nos anos 1980 e 1990, e que fez emergir **conceitos de Desenvolvimento Alternativo**, mantendo a palavra “Desenvolvimento”, mas adjectivando-

⁴ Ver, por exemplo: AMARO, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp. 35-70; AMARO, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, pp. 75-111; e FERREIRA, B. e RAPOSO, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, pp. 113-144.

⁵ Seja o “*american way of life*”, seja a iluminação do “Sol soviético”.

a com outras que assinalam a ideia de **Alternativa**, entre os quais os mais referenciados, validados cientificamente e reconhecidos politicamente são⁶:

- **Desenvolvimento Sustentável;**

- Desenvolvimento Local;

- Desenvolvimento Participativo;

- Desenvolvimento Humano;

- Desenvolvimento Social;

- Desenvolvimento Integrado.

Tiveram, em geral, origens muito variadas, pois são o resultado de: reacções populares; de propostas técnicas e institucionais; reformulações teóricas e académicas; e/ou reivindicações e lutas de movimentos sociais (como o Ecologismo e o Desenvolvimento Local, por exemplo).

Pode-se dizer que foram, muitas vezes, provenientes das margens dos sistemas e das lógicas dominantes e em reacção e oposição a eles, ou seja, correspondem também a Epistemologias do Sul, embora a diversos “Suis” (no sentido de serem opostos e alternativos às dominações dos “Nortes” globais, quer sejam capitalistas, quer sejam “socialistas”), situados geograficamente no “Sul global” ou inclusive no “Norte global”, ou seja, referem-se a um “Sul” ideológico e filosófico, mais do que geográfico, sem deixar de reconhecer um certo peso do que se poderá designar por “dominação geográfica”, ou melhor, “geo-estratégica”.

Estiveram muitas vezes relacionados com as consequências e os efeitos de cinco factores que, entre finais dos anos 1960 e princípios de 1970, abalaram os sistemas e os valores dominantes e abriram as portas a novas encruzilhadas e caminhos de futuro⁷: i) “A frustração e a revolta de alguns dos chamados países do Terceiro Mundo, em face das insuficiências dos resultados do desenvolvimento e do não cumprimento dos compromissos assumidos pelos ‘países desenvolvidos’ de ‘ajuda ao desenvolvimento’ “; ii) “Os vários movimentos cívicos e sociais e sintomas de mal-estar social e de críticas violentas ao modelo de sociedade predominante nos ‘países desenvolvidos’, que assolaram estes países entre finais dos anos 60 e inícios de 70”; iii) “A tomada de consciência dos problemas

⁶ Seguem-se aqui sobretudo as argumentações e demonstrações de AMARO (2003: 55-60) e AMARO (2017: 90-91)

⁷ Muitos deles completamente opostos e divergentes, pois foi deste complexo conjunto de factores e acontecimentos que derivaram tendências, correntes e evoluções tão díspares quanto as seguintes: as afirmações e imposições da ideologia neo-liberal; a queda do Muro de Berlim e o colapso do Império Soviético e dos regimes de “socialismo real”; a ascensão e liberalização parcial (em modelo neo-capitalista de Estado) da China; o agravamento dos conflitos israelo-árabes; a influência e a acção dos islamismos radicalizados; a abertura e a consolidação dos caminhos do Desenvolvimento Local; a tomada de consciência das destruições ambientais e a crescente afirmação do Ecologismo; a importância dos movimentos feministas; o regresso e as reformulações da questão dos Bens Comuns; mais recentemente, as novas manifestações dos Movimentos dos Indignados e das suas expressões neo-anarquistas; as propostas dos movimentos altermundialistas; a ascensão recente das forças e propostas de extrema-direita; os fenómenos de “trumpização” da política...

ambientais, provocados pelo modelo de desenvolvimento economicista, obcecado pelo crescimento económico”; iv) “O fim do modelo de crescimento económico fordista do pós-guerra, baseado no tripé virtuoso do fordismo empresarial (produtividade-lucros-salários, conjugados em alta), na concertação social, assegurando a “paz social”, na protecção social do Estado-Providência, na regulação económica keynesiana e no adiamento para o futuro (externalização) dos custos ambientais”; v) “Sucessão de crises e de situações de ruptura nos países socialistas, tendo, como situação mais simbólica inicial, a crise da chamada ‘Primavera de Praga’, entre Janeiro e Agosto de 1968”⁸.

- b) Um segundo, que se tornou mais forte e afirmado a partir dos anos 1990⁹, que prefere **rejeitar e abandonar a palavra Desenvolvimento**, porque apropriada, gasta e pervertida, e propor **conceitos e práticas Alternativas ao Desenvolvimento**, sobretudo e preferencialmente inspiradas em **Epistemologias do Sul** (como alternativa às dominações predominantes das Epistemologias do Norte) - é a **corrente do Pós-Desenvolvimento**.

Considerando que o conceito de Desenvolvimento está irremediavelmente contaminado, mesmo nas reformulações dos “Desenvolvimentos Alternativos” (**incluindo o Desenvolvimento Sustentável**), sendo por isso ultrapassado e irrecuperável, propõem o “fim da era do Desenvolvimento” e o início de uma “nova era de Pós-Desenvolvimento”, caracterizada por **novos conceitos Alternativos ao Desenvolvimento**, a partir de cosmovisões, valores e referências culturais de países e sociedades do Sul, outrora colonizadas e exploradas pelo Norte, e, portanto, de **Epistemologias do Sul**.

Podemos considerar, como exemplos de conceitos Alternativos ao Desenvolvimento, para além do já referido FIB (na nota de rodapé 9) os seguintes¹⁰: *Wellbeing* (ou Bem-Estar), a partir de experiências vividas na Índia e no Quênia; *Buen Vivir*, como tradução das expressões *Sumak Kawsay* (do Povo Quechua, dos Andes), ou *Suma Qamaña* (do Povo Aymará (também dos Andes), ou ainda *Teko Porã* ou *Teko Kavi* (do Povo Guarani), particularmente tido como referência na América Latina e em países como a Bolívia, o Equador e a Venezuela.

Em relação a África, podemos ainda referir os conceitos alternativos de *Ubuntu*, das culturas Zulu e Xhosa (presentes na África do Sul), com o significado de “Eu sou em TI e na medida em que TU és”¹¹ e o de *Noflay*, da cultura Wolof (do Senegal), com o significado de “Bem-Estar”.

Neste campo dos conceitos alternativos, podemos também referir a expressão *Hygge*, que designa uma certa concepção de Felicidade na Dinamarca.

⁸ Retirado de AMARO (2017: 87-90). Ver também AMARO (2003: 52-55).

⁹ Embora se possa assinalar e ter em conta uma proposta anterior, que já vai neste sentido, surgida e fundamentada, em 1976, no Reino do Butão (situado nos Himalaias), que avançou e consolidou o conceito e uma metodologia de medida da “FIB - Felicidade Interna Bruta”, de inspiração budista (filosofia dominante neste país), por contraposição ao conceito de PIB - Produto Interno Bruto, tão umbilicalmente associado a uma perspectiva economicista do conceito de Desenvolvimento, baseado no Crescimento Económico.

¹⁰ Também aqui pode-se seguir AMARO (2017: 91-98). Ver ainda AMARO (2003: 64-66) e MARCELINO, A. (2016). *O Desenvolvimento Local e o Buen Vivir como alternativas para um “outro Desenvolvimento”*. Tese de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, ISCTE-IUL, Lisboa.

¹¹ Também se pode traduzir pela ideia de que “A minha Humanidade afirma-se e completa-se na tua”.

A questão que se coloca no final é se descartamos e abandonamos o conceito de Desenvolvimento ou se o resgatamos e re-significamos ainda.

5. O QUE FAZER ENTÃO DO CONCEITO E DAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ?

Começemos por lembrar alguns dos marcos mais importantes da história do conceito de Desenvolvimento Sustentável¹²:

- Como notas de uma possível “pré-história” do Desenvolvimento Sustentável, arriscamos a referir três marcos de preocupações e chamadas de atenção que, de certo modo, anteciparam a tomada de consciência dos problemas ambientais e a necessidade de os ter em conta na defesa e na valorização da nossa Casa Comum: a figura de Francisco de Assis, que viveu entre finais do século XII e princípios do século XIII (1181/2 - 1226), e que é, por muitos, considerado o patrono dos animais e do meio ambiente, sendo famoso, entre muitos outros motivos, pelo seu amor aos animais e pelo seu célebre “Cântico das Criaturas”, um dos mais belos hinos à Natureza, na sua integralidade; o carácter precursor das análises de Thomas Malthus (1766 - 1834) sobre a relação entre o crescimento (em progressão geométrica) da população e o crescimento (em progressão aritmética, portanto mais lento) dos meios de subsistência, o que punha em causa o futuro (hoje dizemos, a sustentabilidade) das sociedades; as lutas persistentes, tão desacreditadas e marginalizadas no início, dos movimentos conservacionistas, preservacionistas, ambientalistas e ecologistas¹³, assinaladas desde os séculos XVII e XVIII, e que foram, pela sua insistência, críticas, rebeldia e fundamentação, registando as suas conquistas, no processo de consolidação de uma sensibilidade ambiental, referindo-se, como símbolo, a criação do Parque Nacional de Yellowstone, localizado nos estados de Wyoming, Montana e Idaho (nos Estados Unidos), sendo o mais antigo parque nacional no mundo (com inauguração em 1 de março de 1872) e um marco na história das áreas protegidas;
- A realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, a primeira conferência internacional (organizada pelas Nações Unidas) sobre o Meio Ambiente Humano, ou seja, para discutir as relações entre os Seres Humanos e as suas acções e o Meio Ambiente, com o surgimento e uma proposta de um novo conceito de “Ecodesenvolvimento”, que procurava compatibilizar os desafios do Desenvolvimento com as preocupações (novas) de protecção da Natureza, e com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;

¹² Para estas notas, ver, em geral: AMARO (2003: 55-56); AMARO, R. R. (2016). A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação. *Revista de Economia Solidária*, 10, pp. 98-123; AMARO (2017: 88-89 e 101); e FERREIRA e RAPOSO (2017: 125-132). São muitas as datas e as conferências, encontros, cimeiras, compromissos e protocolos, que ocorreram, nestes domínios, nestes últimos cerca de 50 anos (desde a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, que claramente assinala um ponto de viragem decisivo nesta área), mas aqui, obviamente, só damos conta dos marcos mais significativos e relevantes, para a história deste conceito.

¹³ Com designações, ideologias, filosofias e estratégias muito variadas, ao longo dos tempos.

- A publicação, em 1972 também¹⁴, do chamado “Relatório Meadows”, com o título de “*Limits to Growth*”¹⁵, encomendado pelo Clube de Roma, onde se demonstrava (um pouco à maneira de Thomas Malthus, mas de forma muito mais sofisticada e com muitos mais dados) a **insustentabilidade do crescimento económico e dos modos de vida predominantes nos chamados “países desenvolvidos”, por limitações dos recursos naturais**¹⁶;
- A criação, em 1983, da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento¹⁷, mais conhecida pela “Comissão Brundtland”, por ser coordenada por Gro Harlem Brundtland, que fora primeira-ministra da Noruega, com o objectivo de estudar e caracterizar a situação ambiental no Mundo e de propor respostas e soluções;
- A publicação, em 1987, do chamado “Relatório Brundtland”, da responsabilidade da CMAD, com o título de “*Our Common Future*”¹⁸, onde se fez um diagnóstico muito detalhado e impressionante dos graves problemas e desafios ambientais das nossas sociedades e se propôs um novo conceito de referência para o **nosso futuro comum**, o de **Desenvolvimento Sustentável**, definido como “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”¹⁹;
- A realização, em 1992, da CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, também conhecida por “Cimeira da Terra” ou “Eco-92”, ou ainda “Rio-92”, com a presença de representantes de 178 países, ao mais alto nível (chefes de Estado e chefes de Governo), que assumiu e divulgou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e o associou a outros documentos de referência, saídos da Conferência, como a Agenda 21, a Carta da Terra, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- A assinatura, em 1997, do Protocolo de Quioto, onde se procurou definir os compromissos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito de estufa no Planeta, mas que só pôde entrar em vigor em 16 de Fevereiro de 2005 (ou seja, oito anos mais tarde), depois da Rússia o ter ratificado em Novembro de 2014, completando então a condição de entrada em

¹⁴ Por estas razões é que o ano de 1972 é um marco importante na história da defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e, por isso, as principais Cimeiras da Terra têm sido realizadas em anos comemorativos da Conferência de Estocolmo, 20, 30 e 40 depois (Rio de Janeiro - 1992; Joanesburgo - 2002; Rio de Janeiro, novamente - 2012).

¹⁵ Significativamente “Limites ao Crescimento”, travando o optimismo que acreditava que o crescimento económico era infinito e ilimitado, sobretudo depois da euforia do chamado período dos “Trinta (anos) Gloriosos” do pós-guerra.

¹⁶ Nesta primeira fase, essencialmente não renováveis.

¹⁷ CMAD, na sigla portuguesa, WCED (World Commission on Environment and Development), na sigla inglesa.

¹⁸ “O Nosso Futuro Comum”.

¹⁹ Ver UN-WCED (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. United Nations - General Assembly (04-08-1987), p. 25 (a tradução é minha).

vigor, que implicava que, pelo menos, 55% dos países, correspondentes a 55% das emissões globais, o ratificassem, sendo este um exemplo das hesitações e da pouca vontade política de alguns dos países mais poderosos (e poluidores), como era o caso dos E.U.A.;

- A realização, em 2002, da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, também designada por “Rio+10”, com uma forte presença de empresas transacionais, que se interessaram pelo tema, tendo a Declaração de Joanesburgo reforçado o conceito de Desenvolvimento Sustentável, em articulação com os ODM - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, definidos em 2000, com metas para os seus oito Objectivos, até 2015;
- Foi sobretudo a partir da Cimeira de Joanesburgo que a definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a ser apresentada como o processo de **conjugação entre o Crescimento Económico, a Coesão Social e a Protecção (ou Preservação) Ambiental**, assumindo pois, explicitamente, **uma abordagem tridimensional**;
- A tradução empresarial deste conceito passou a ser conhecido por “*TBL - Triple Bottom Line*” (ou “Tripé da Sustentabilidade”), implicando a **conjugação entre Profit, People e Planet** (por este ordem)²⁰;
- A realização, em 2012, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), novamente no Rio de Janeiro, conhecida também como “Rio+20”, que procurou sobretudo renovar e reforçar o compromisso político com o conceito de Desenvolvimento Sustentável, tendo o seu documento fundamental de referência a designação de "O Futuro que Queremos";
- A organização, em 2015, de uma Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em Paris, sendo a 21.ª sessão anual da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (ou Mudança do Clima), também conhecida por COP 21²¹, conseguindo chegar a um acordo histórico para limitar o aumento da temperatura da Terra a um máximo de 2° C, entrando em vigor apenas um ano depois (em 4 de Novembro de 2016), graças à ratificação por 55% dos países, correspondendo a pelo menos 55% das emissões de gases com efeito de estufa, incluindo, desta vez, os principais países poluidores - Canadá, China, E.U.A.²² e Índia;
- Estabelecimento, pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 25 de Setembro de 2015, dos **17 ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável** (ou Objectivos Globais de Desenvolvimento Sustentável), no quadro da Resolução 70/1, "Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", mais concisamente mencionada como **Agenda 2030**²³.

²⁰ Ou seja: Lucro, Pessoas e Planeta.

²¹ COP é a sigla utilizada para referir a “Conferência das Partes”, (“*Conference of Parties*”), envolvendo os signatários da Convenção-Quadro (195 países mais a União Europeia).

²² Em 1 de Junho de 2017, o Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump anunciou que o país se retirava do Acordo de Paris, propondo negociações para um "melhor acordo", o que foi recusado pelos principais líderes europeus.

²³ Os ODS serão brevemente abordados no ponto 6, a seguir.

As formulações predominantes do conceito de Desenvolvimento Sustentável referidas nos pontos anteriores, nomeadamente a de conjugação de três dimensões (Crescimento Económico, Coesão Social e Protecção Ambiental) podem ser objecto de várias críticas, de que sublinharei cinco²⁴:

- Serem demasiado **centradas na satisfação das necessidades (humanas)** e não na promoção e na realização das capacidades (e no *Empowerment*);
- Terem, na prática, recuperado uma certa visão economicista, pelo papel que o Crescimento Económico (“uma nova era de crescimento económico”²⁵) voltou a ter na definição, como **A Dimensão Económica** a ter em conta, sem o diferenciar do Crescimento Económico que coloca em causa a Sustentabilidade Ambiental²⁶;
- Apresentarem uma perspectiva defensiva de Sustentabilidade, ou seja, de **Sustentabilidade fraca**, por assentarem na mera Protecção ou Preservação do Meio Ambiente, e não na sua Valorização e Recuperação (que corresponde a uma Sustentabilidade forte);
- Corresponderem a uma **visão antropocêntrica da Sustentabilidade**, em que o que é tido em conta e predomina são as necessidades e os interesses dos Seres Humanos;
- Limitarem-se **apenas a três dimensões** de análise e avaliação, esquecendo outras igualmente (ou até mais) importantes, como se referirá adiante.

Coloca-se então a seguinte questão fundamental: **abandonamos e descartamos o conceito de Desenvolvimento Sustentável ou defendemos e esclarecemos a sua RE-SIGNIFICAÇÃO, resgatando-o ?**

“O desenvolvimento sustentável tem, na sua origem, uma das lutas e um dos novos movimentos sociais mais importantes e marcantes das últimas décadas – o Ecologismo e a sua expressão organizacional, o “Associativismo Ambientalista”, nas suas várias facetas. É, por isso, um resultado de uma luta anti-sistemas dominantes (e tanto contra o capitalismo, como contra o socialismo real, ambos predadores), ou seja, de um “Sul”, tanto de um “Sul global”, como de um “Sul do Norte”, claramente, em muitas das suas expressões, anti-capitalista (e anti-socialista real)”²⁷.

E, por isso, “face, por um lado, às esperanças, expectativas e movimentos que o conceito mobilizou e congregou, às lutas de terreno que estiveram na sua origem, nas margens dos sistemas dominantes (capitalismo e socialismo de partido único e de direcção central), tanto nos países do Norte, como nos do Sul, às mensagens que ainda simboliza e, por outro, à amplitude e complexidade dos problemas, ameaças e desafios que se apresentam no início do século XXI:

- Ainda é possível defender este conceito, na sua designação;

²⁴ Para esta análise, ver: AMARO (2016: 102-105); AMARO (2017: 91-93 e 100-101); e FERREIRA e RAPOSO (2017: 126-132).

²⁵ Ver UN - WCED (1987: 18).

²⁶ Ver, por exemplo, FERREIRA e RAPOSO (2017: 126-127). Adiante proporei outra variável económica.

²⁷ AMARO (2017: 101).

- Desde que se clarifique o seu conteúdo e se combata o seu ‘abastardamento’²⁸.

À luz destas preocupações, tenho procurado propor uma reformulação do conceito, acrescentando cinco dimensões, até agora ignoradas ou descuradas, e alterando a designação e os conteúdos de duas das dimensões originais, passando a uma **concepção octodimensional do Desenvolvimento Sustentável**, definido então como um processo, **de perspectiva ecocêntrica**²⁹ (e não meramente antropocêntrica), que conjuga e integra as seguintes **oito dimensões**³⁰:

- a) **“Segurança Económica**, que parece mais adequada às questões que actualmente se colocam, a nível económico, se incluir os temas da Soberania e Segurança Alimentar, da Segurança de Trabalho Digno, dos Salários Dignos, da Distribuição Equitativa de Rendimentos, do Rendimento (de Cidadania) Básico Incondicional, do Consumo Responsável Suficiente, do Comércio Justo, da Valorização das Economias Locais, do Financiamento acessível para todos e todas, com condições justas e éticas, das Energias Renováveis e dos Orçamentos Responsáveis não fundamentalistas, mais do que o simples crescimento económico;
- b) **Coesão Social**, no sentido da promoção da Igualdade de Oportunidades e, sobretudo, da Equidade, em todas as perspectivas, incluindo, como enfoque particular, a de Género;
- c) **Preservação e Valorização Ambiental ou Segurança Ambiental**, implicando portanto uma **Sustentabilidade Forte**, que é mais exigente e ousada do que a simples ‘Protecção e Preservação Ambiental’ (Sustentabilidade Fraca);
- d) **Valorização da Diversidade Cultural**, implicando o respeito pela riqueza dessa diversidade e a promoção do **Diálogo Intercultural**;
- e) **Coesão Territorial**, no sentido de explicitar e valorizar os problemas e desafios resultantes das fragmentações e destruições territoriais, nas regiões rurais, nas cidades e nas periferias urbanas e nos territórios ribeirinhos, costeiros e insulares, ameaçados pela subida do nível dos mares, provocada pelas alterações climáticas, tudo em consequência do modelo de Desenvolvimento economicista;

²⁸ AMARO (2016: 104-105).

²⁹ Ou seja, colocando os Ecossistemas e a Vida, na sua integralidade, no centro da análise e das acções, incluindo todos os Seres Vivos e os elementos abióticos (luz, temperatura, vento, rochas, sedimentos e outras componentes geológicas, necessárias à Vida), que constituem os Ecossistemas da Nossa Casa Comum - a *Oikos*, ou “Eco”.

³⁰ Formulei pela primeira vez esta concepção no âmbito do Projecto “ECOS”, do Programa Europeu MAC, envolvendo as regiões insulares da Macaronésia (Região Autónoma dos Açores - Portugal, Cabo Verde, Região Autónoma das Canárias - Espanha e Região Autónoma da Madeira - Portugal), e tendo como objectivos caracterizar e avaliar as condições e os factores de Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária.

Sigo aqui a definição que apresentei em AMARO (2016: 105-106). Ver também: AMARO, R. R. (2011). Projecto ECOS - Proposta de um Referencial Conceptual e Metodológico para a Construção de um Indicador de Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária. *Revista de Economia Solidária*, 3, pp. 156-171; AMARO (2017: 101); e AMARO, R. R. (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento, 175 p (pp. 37-38).

- f) **Aprendizagem Permanente e Capacidade de Conhecimento Crítico**, explicitando a importância da dimensão ‘Conhecimento’ e da sua valorização, enquanto **Literacia para a Sustentabilidade**, como pilar de interpretação e de construção de um Futuro viável, ou seja, sustentável;
- g) **Governança Partilhada, Participativa, Integrada e Multiterritorial**, sublinhando a importância decisiva da **dimensão política da Sustentabilidade** e, portanto, das possibilidades da sua aplicação e regulação, como provam (‘a contrario sensu’) os fracassos na concretização das boas intenções, neste domínio, proclamadas no Rio-1992, em Joanesburgo-2002, no Rio-2012 ou, por exemplo, nas cimeiras e conferências sobre as alterações climáticas, por ausência de vontade e força política;
- h) Nova Ética assumida, em que os valores da Solidariedade (Ecocêntrica e não meramente Antropocêntrica), da Equidade, da Democracia, da Transparência, da Resiliência Cooperativa e da própria Sustentabilidade, entre outros, são fundamentais, com consequências decisivas nas dinâmicas de Participação, de Parceria e de Integração que o conceito exige³¹.

“Esta nova formulação, que se pode designar por Sustentabilidade Integrada (SI) ou Sistémica, parece muito mais adequada aos desafios da continuidade da Vida e da viabilidade do Futuro no Planeta e nas sociedades contemporâneas, ou seja, para uma Vida Digna com Futuro”³².

6. UMA REFLEXÃO SOBRE OS ODS - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Torna-se portanto importante olhar para os ODS à luz destas reflexões apresentadas no ponto anterior.

Os 17 objectivos exprimem, sem dúvida, desafios enormes e interessantes e que, se levados a sério, em todas as suas 169 metas (e 230 indicadores), poderão dar um contributo decisivo para um Mundo mais Justo e Digno e um Planeta mais Sustentável. Para isso devem ser:

- **Concretizados**, ou seja, expressos em **acções práticas**;
- **Contextualizados**, ou seja, situados e (re)lidos à luz de cada realidade e contexto concreto;
- **Reformulados e melhorados**, a partir desta redefinição do conceito de Desenvolvimento Sustentável. É interessante constatar que os ODS, para além das três dimensões da definição institucional (económica, social e ambiental), acabam por contemplar também, pelo menos implicitamente, nalguns dos Objectivos, aspectos das dimensões territorial, política e do

³¹ Esta oitava dimensão foi acrescentada às sete dimensões, propostas e “ratificadas” no âmbito do Projecto ECOS, em resultado das reflexões e sugestões suscitadas pelo trabalho realizado com as Organizações de Economia Solidária, sobretudo na Região Autónoma dos Açores e na República de Cabo Verde. Cf. AMARO (2016: 106).

³² AMARO (2016: 106).

conhecimento (que, contudo, necessitam de claro reforço e melhorias, tal como a económica), mas as dimensões cultural e ética estão ausentes. Note-se que, entre os 17 Objectivos, as três dimensões mais fortes e mais presentes são precisamente a económica, com sete referências e a social e a ambiental, com seis referências cada uma (ver Quadro 1).

Relativamente a este último ponto, e para melhor o ilustrar, é importante apresentar algumas sugestões e exemplos

Para isso, começemos por caracterizar, a partir das oito dimensões da nova definição proposta do conceito de Desenvolvimento Sustentável, os 17 ODS:

QUADRO 1 - RELAÇÃO ENTRE OS ODS E AS OITO DIMENSÕES CONSIDERADAS NO NOVO CONCEITO PROPOSTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	DIMENSÕES DE ANÁLISE DO NOVO CONCEITO PREDOMINANTES
1- Erradicar a pobreza	Social
2 - Erradicar a fome (e promover uma agricultura sustentável)	Social e Económica
3 - Saúde e Bem-Estar	Social
4 - Educação de qualidade	Conhecimento
5 - Igualdade de Género	Social, Política e Económica
6 - Água potável e saneamento	Ambiental e Territorial
7 - Energias Renováveis e Acessíveis	Ambiental e Económica
8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico	Económica e Social
9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas	Económica
10 - Reduzir as Desigualdades	Social, Económica e Política
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	Territorial e Ambiental
12 - Padrões de Consumo e Produção Responsáveis	Económica
13 - Acção Climática	Ambiental
14 - Proteger a Vida Marinha	Ambiental
15 - Proteger a Vida Terrestre	Ambiental
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Política
17 - Parcerias para a Implementação dos Objectivos	Política

Como se constata, e como já se referiu, as dimensões económica, social e ambiental, são as que têm mais referências (com sete a primeira e seis cada uma das outras duas), seguindo-se a política, com quatro, a territorial, com duas, e o conhecimento, com uma.

A partir destas reflexões, decorrentes do ponto 5, ousou deixar alguns comentários e sugestões. Penso e proponho que seria importante, senão mesmo essencial:

- a) Admitir que é tempo de abandonar o “endeusamento” e conseqüente subordinação ao conceito-mito de Crescimento Económico e substituí-lo, na componente económica do Desenvolvimento Sustentável, por um conceito que exprima a ideia e o princípio de uma Economia de Vida, a favor da Vida, e não da Morte (da Dignidade e da Justiça Social e da Biodiversidade e, portanto, da Sustentabilidade), como tem acontecido, predominantemente até agora, sobretudo nos últimos cerca de 200 anos (na chamada “Era Industrial” ou... do “Crescimento Económico”).

Creio que é de ponderar a proposta de considerar, como alternativa, o conceito de **Segurança Económica**, com o conteúdo que propus atrás, mas poderá haver outras hipóteses, em que, à partida, o conceito a assumir tenha logo, no seu conteúdo expresso, aquele princípio referido no parágrafo anterior (Economia de Vida), além de dever ser assente nos princípios da Solidariedade, da Cooperação e da Reciprocidade (para ser coerente com as bases ecológicas da Sustentabilidade dos sistemas vivos), e não sobretudo na Competição, no Individualismo e no Mercado.

Relativamente ao conceito de Segurança Económica que propus, é verdade que já estão referidos, nos ODS, os “Padrões de Consumo e Produção Responsáveis” (ODS nº 12), o “Trabalho Digno” (ODS nº 8) e a “Energias Responsáveis e Acessíveis” (ODS nº 7), mas faltam, pelo menos de forma explícita e bem afirmada, a Soberania e Segurança Alimentar³³, os Salários Dignos³⁴, a Distribuição Equitativa de Rendimentos, o Rendimento (de Cidadania) Básico Incondicional³⁵, o Comércio Justo³⁶, a Valorização das Economias Locais³⁷, o Financiamento acessível para todos e todas, com condições justas e éticas³⁸ e os Orçamentos Responsáveis não fundamentalistas³⁹.

- b) Existir também um ODS explícito, que contrariasse a uniformização cultural, com a conseqüente destruição ou marginalização dos valores e patrimónios dos povos colonizados (formal e informalmente) e impedidos de se afirmarem, nas suas especificidades, e defendesse e valorizasse a **Diversidade Cultural** e os **Diálogos Interculturais**.

³³ Que está, é certo, implícita ou mesmo explícita nalgumas das metas do ODS nº 2 (“Erradicar a fome e promover uma agricultura sustentável”)

³⁴ Normalmente decorrem do ODS nº 8 (“Trabalho Digno e Crescimento Económico”), mas seria importante explicitá-los como objectivo, sobretudo porque esta associação a crescimento económico pode sujeitar-se a vários equívocos.

³⁵ Estas três últimas componentes do conceito também são, em parte, contempladas ou podem decorrer de algumas das metas do ODS nº 10 (“Reduzir as Desigualdades”), mas deveriam ser mais explicitamente assumidas, sobretudo a última.

³⁶ Que poderia estar afirmado explicitamente nalgumas metas dos ODS nº 2 (“Erradicar a fome e promover uma agricultura sustentável”) e nº 8 (“Trabalho Digno e Crescimento Económico”).

³⁷ Idem, pelo menos dos ODS nº 2 e nº 8.

³⁸ Que pode decorrer das formulações de algumas metas dos ODS nº 1 (“Erradicar a pobreza”), nº 2 (“Erradicar a fome e promover uma agricultura sustentável”), nº 5 (“Igualdade de Género”), nº 8 (“Trabalho Digno e Crescimento Económico”) e nº 10 (“Reduzir as Desigualdades”), mas poderia (e deveria) ter uma explicitação mais forte e distintiva.

³⁹ Tema que está obviamente ausente dos ODS...

- c) Formular um ODS, que afirmasse e defendesse os valores dos **Territórios** nas suas diversidades e riquezas⁴⁰, de forma a promover a **Coesão Territorial** como um objectivo essencial e autónomo, e que contivesse, entre outras, metas para a valorização dos meios rurais, a contenção ou a desaceleração do êxodo rural, a afirmação do Direito à Cidade e do Direito à Habitação Digna para todos/as, nomeadamente nas cidades, para o saneamento básico e a diminuição e o tratamento dos resíduos sólidos⁴¹, a luta contra o desaparecimento de zonas ribeirinhas, costeiras e insulares, como consequência das alterações climáticas, e o acolhimento e apoio aos migrantes ambientais daí resultantes⁴².
- d) Existir um ODS próprio para a **Literacia para a Sustentabilidade**, ou, pelo menos, que o ODS nº 4 (“Educação de Qualidade”) mencionasse explicitamente esse Objectivo específico, com metas de concretização, reforçando e alargando, a outros níveis etários e a outras estratégias pedagógicas (formais, não formais e informais), a referência que é feita, numa das suas metas (4.7), para que “todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável”, promovendo uma **Sociedade do Conhecimento**, a todos os níveis, contra a manipulação da informação e a desinformação generalizada⁴³.
- e) Reforçar a **dimensão política** dos ODS, tão decisiva para a sua implementação, monitorização, avaliação e regulação, nomeadamente fazendo menção explícita e definindo metas para a dinamização de processos de **Governança Partilhada e Participativa**, que mobilizem todos/as os/as actores e actrizes (estatais, a nível central e local, empresariais e da sociedade civil) para a **co-responsabilização e a co-gestão dos desafios do Desenvolvimento Sustentável**, estimulando e animando lógicas de **Parceria** e de **Participação Comunitária (e de Democracia Participativa)**, muito mais profundas, concretas, continuadas e ousadas do que as que constam, de uma forma muito geral, nos ODS nº 16 (“Paz, Justiça e Instituições Eficazes”)⁴⁴ e nº 17 (“Parcerias para a Implementação dos Objectivos”)⁴⁵.
- f) Acrescentar e valorizar uma **dimensão ética**, uma vez que a questão dos **valores de referência** é fundamental para a Sustentabilidade e para a mobilização fundamentada e orientada para os ODS, tal como foi importante ter valores de referência, no pós-guerra, por exemplo, com a Declaração dos Direitos Humanos. Contudo, ao contrário do que aconteceu nessa altura, em que os princípios e valores de referência foram fundamentalmente de

⁴⁰ Indo mais longe do que as referências que são feitas nalgumas metas do ODS nº 11 (“Cidades e Comunidades Sustentáveis”).

⁴¹ Em conjugação com algumas das metas do ODS nº 6 (“Água potável e saneamento”).

⁴² Em articulação com algumas das metas do ODS nº 13 (“Acção Climática”).

⁴³ Correspondendo nomeadamente à propagação das chamadas “*fake news*” (ou “informações falsas”), tão usadas e multiplicadas nas redes sociais, mas também em muitos órgãos da comunicação social.

⁴⁴ Por exemplo, na sua meta 16.7 (“Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”).

⁴⁵ Por exemplo, na sua meta 17.17 (“Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias”).

inspiração (e imposição) dos chamados países “desenvolvidos” do Norte, penso que é fundamental assumir e garantir uma construção intercultural (ou seja, em **diálogo intercultural**) desses valores. Alguns exemplos de valores abertos a uma **construção ética da Sustentabilidade em diálogo intercultural**, que deveriam figurar nos ODS, senão mesmo num ODS específico, que exprimisse essa construção, como Objectivo e com metas:

i) Os valores da **Gratuidade**, da **Partilha** e da **Reciprocidade**, tão presentes, por exemplo, nas culturas africanas (com expressões próprias como o *Kixikila*, o *Djunta Mon*, a *Abota*, o *Xitique*, o *Kitembu*, o *Xikilá* e o *Ubuntu*, por exemplo) e nas culturas andinas e latino-americanas (como o *Ayni*, o *Makipurarina*, o *Makitakushunchik*, o *Yanaparina* e o *Minka*, expressões dos Andes, ou *Mutirão*, do Brasil);

ii) O valor da **Espiritualidade** e da **Reflexão interior** (ou do Conhecimento de si próprio), tão valorizado em várias culturas asiáticas, nomeadamente nas de inspiração budista;

iii) O valor da **Liberdade**, não como “propriedade privada” (tão reivindicado nos países ocidentais, onde o capitalismo se impôs primeiro), mas como **Libertação** (de si próprio e dos seus constrangimentos e condicionalismos), como, por exemplo, era valorizada no Cristianismo original;

iv) O valor da **Equidade**, como resultado, e não apenas como desejo de partida e processo, associado à expressão “Igualdade de Oportunidades”, princípios tão sublinhados e reivindicados, por exemplo, pelos movimentos feministas;

v) Os valores da **Solidariedade** e da **Cooperação**, como dinamismo de vida, como motor social, como alavanca económica e como referência política, que também podem ser equiparados aos valores da Compaixão do Budismo ou da *Caritas*, das comunidades cristãs dos primeiros tempos;

vi) O valor da **Transparência** e da “Prestação de contas”, ao invés de se seguir o lema de que “o segredo é a alma do negócio”;

vii) O valor da **Sustentabilidade**, como respeito pela Vida e pela “Mãe Natureza” (ou *Pachamama*, na cosmovisão do Povo Quechua, dos Andes) e como **princípio ecocêntrico** de uma **Ecologia Integral**⁴⁶, contrapondo-se aos interesses antropocêntricos, que têm prevalecido e imposto as suas lógicas predadoras e destrutivas;

viii) O valor da **Dignidade**, como respeito e carinho pelo **Outro**, por todo o **Outro**, que é sempre o prolongamento e a outra face do Eu, como a palavra *Ubuntu*, das culturas Xhosa e Zulu, quer significar e apelar.

Para além destas sugestões para os ODS, que desafios podem resultar daqui para uma reflexão e uma acção mais práticas ?

⁴⁶ Como defende, por exemplo, o Papa Francisco na Encíclica “*Laudato Si*”.

7. ALGUMAS PISTAS E DESAFIOS PARA A REFLEXÃO E PARA A ACÇÃO

Deixo pois algumas pistas e desafios para a reflexão de todos e todas e que também podem orientar as nossas acções:

- Fazer do Desenvolvimento Sustentável, não um discurso ou um Sonho abstracto, mas antes uma **Utopia para a Acção individual e colectiva**, para construir o Futuro, como referência urgente para toda uma Vida, como respeito pela Criação, e não pela Destruição;
- Definir com rigor e incansavelmente o Desenvolvimento Sustentável, para o **esclarecer e re-significar** e evitar apropriações indesejáveis e perversões catastróficas;
- Fazer do Desenvolvimento um **Guia para a Acção**, para acções concretas, tanto a nível micro-individual, quanto a nível macro-colectivo, seja numa lógica de proximidade, e portanto de **Desenvolvimento Local**, seja para uma **Acção Global**, mais abrangente;
- Fazer do Desenvolvimento Sustentável um **objectivo pedagógico**, para a Educação e para a reflexão das Crianças e dos Jovens;
- Tornar o Desenvolvimento Sustentável um **imperativo da Acção Política**, da Governação, mas sobretudo de uma **Governança Partilhada e Participativa** (ou seja, com co-responsabilização, na gestão da nossa Casa Comum) e da **Democracia**;
- Fazer do Desenvolvimento Sustentável uma **referência para acções de Parceria**, envolvendo todos/as os/as actores/atrizes da Sociedade, ou seja, o Estado (Central e Local), as Empresas (numa Responsabilidade Social e Ambiental efectiva e permanente), os Organismos Internacionais, as Organizações da Sociedade Civil e todos/as os/as Cidadãos e Cidadãs;
- Fazer do Desenvolvimento Sustentável o quadro de referência de uma Economia Solidária, que reencontre e revalorize a Vida e que seja uma Economia de Criação, e não de Destruição, e não uma Economia de Morte (como até aqui tem predominado, numa lógica que tem levado ao uniformismo, à destruição e à indignidade).

BIBLIOGRAFIA REFERIDA

ALVAREDO, F. et al. (2017). Global Inequality Dynamics: New Findings from WID.World. *National Bureau of Economic Research* (Cambridge), Working Paper 23119, 20 p. (acessível em: <http://www.nber.org/papers/w23119>).

ALVAREDO, F. et al. (2018). Global Inequality and Policy - The Elephant Curve of Global Inequality and Growth. *AEA Papers and Proceedings 2018*, vol. 108, pp. 103-108 (acessível em: <http://www.nber.org/papers/w23119>).

AMARO, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação ? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp. 35-70.

AMARO, R. R. (2011). Projecto ECOS - Proposta de um Referencial Conceptual e Metodológico para a Construção de um Indicador de Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária. *Revista de Economia Solidária*, 3, pp. 156-171.

AMARO, R. R. (2016). A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação. *Revista de Economia Solidária*, 10, pp. 98-123.

AMARO, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento ? Des-envolvimento e... Noflay ! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, pp. 75-111.

AMARO, R. R. (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento, 175 p (pp. 37-38).

FERREIRA, B. e RAPOSO, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, pp. 113-144.

MARCELINO, A. (2016). *O Desenvolvimento Local e o Buen Vivir como alternativas para um “outro Desenvolvimento”*. Tese de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, ISCTE-IUL, Lisboa.

OXFAM (2019). *Bem público ou riqueza privada?*. Oxford: Oxfam GB, 104 p. (para a versão em língua portuguesa, ver www.oxfam.org.br).

UN-WCED (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. United Nations - General Assembly (04-08-1987), p. 25.